

mento. Os favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovadas.

Item 3 - Emenda aglutinativa nº 15.867. Os favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

Item 4 - Subemendas de 1 a 9, apresentadas pelo Parecer nº 1.644, de 2019, da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. Os contrários permaneçam como se encontram. Rejeitadas.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Sr. Presidente, para declarar voto favorável da bancada do PT ao item 4. O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto favorável da bancada do PT.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, para declarar voto favorável da bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto.

Item 5 - Demais emendas englobadamente. Os contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Sr. Presidente, para declarar voto favorável da bancada do Partido dos Trabalhadores ao item 5.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto favorável.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, para declarar voto favorável da bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto favorável.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Sr. Presidente, queria pedir a suspensão por dez minutos.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Sr. Presidente, só para fazer um comunicado? É um minuto, uma coisa muito rápida que acho que cabe.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pois não, deputado Barba.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - É só para justificar a todos os deputados e a todas as deputadas que estão presentes que o companheiro José Américo não está aqui em função de a mãe dele ter falecido. Então, é por isso que ele não está presente. É para quem nos acompanha também da TV Assembleia e aqui da galeria.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Plenamente justificado pelo falecimento da senhora sua mãe.

O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM - Sr. Presidente, posso fazer um comunicado?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Rogério, estamos com o tempo estourando para convocar um congresso de comissões. Pode ser na segunda sessão extraordinária, deputado?

O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM - Pode, pode.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Sr. Presidente, só para declarar voto favorável às emendas da bancada do PSL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto de Vossa Excelência.

Convocação. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 18, inciso III, alínea d, combinado com o Art. 45, § 5º, ambos do Regimento Interno, convoco reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se daqui a um minuto no salão nobre da Presidência, com a finalidade de oferecer redação final ao Projeto de lei 1112, de 2019.

Convocação. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos dispostos no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 45, parágrafo 5º, do Regimento Interno, convoco reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a realizar-se um minuto após o término da convocação anterior, no Salão Nobre da Presidência, com a finalidade de oferecer redação final ao Projeto de lei 84, de 2019.

Peço encarecidamente que os deputados da Comissão de Finanças e Justiça possam subir ao salão nobre da Presidência. Nós temos 10 minutos para que sejam feitas essas redações finais.

O SR. HENI OZKI CUKIER - NOVO - Sr. Presidente, só quero declarar o voto do Novo às emendas do Novo, declarar o voto da bancada favorável.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Favorável às emendas do Novo, está registrado o voto favorável às emendas do Novo.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Sr. Presidente, só para registrar o voto favorável também à minha emenda.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto de Vossa Excelência.

O SR. ARTHUR DO VAL - SEM PARTIDO - Registrar meu voto favorável às emendas do Novo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Gostaria de registrar voto favorável às emendas do PSL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado. Havendo acordo de lideranças, esta Presidência suspende nossos trabalhos por 10 minutos.

\* \* \*  
- Suspensa às 22 horas e 10 minutos, a sessão é reaberta às 22 horas e 17 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.  
\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da primeira, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

\* \* \*  
- NR - A Ordem do Dia para a 79ª sessão extraordinária foi publicada no D.O. de 19/12/2019.  
\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Item 3. Em discussão o subsídio dos deputados estaduais, PL 1320, de 2019. Lembrando a todos que o reajuste é zero.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Declaro voto contrário da bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Zero de reajuste, deputado Giannazi.

Continua mantendo o voto contrário?

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sim.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Então está registrado o voto contrário de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Item 4. Em discussão o subsídio do governador. Lembrando, também, a todos os deputados, reajuste zero. PL 1321, de 2019.

E lembrando a todos, também, que essa é uma obrigação constitucional do Legislativo, fixar o subsídio do governador, secretários, vices e deputados.  
Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Gostaria de registrar que vamos protocolar o voto do PT, em separado, contrário ao Orçamento.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Perfeito. Está registrado.

Em votação o projeto salvo emendas. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação a emenda com pareceres contrários. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas.

Esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, lembra V. Exas. da segunda sessão extraordinária, a iniciar-se em dez minutos.

\* \* \*

- Encerra-se a sessão às 22 horas e 18 minutos.  
\* \* \*

- É inserido texto não lido em plenário.  
\* \* \*

Declaração de voto contrário ao Projeto de lei nº 1112, de 2019, que dispõe sobre a Lei Orçamentária para o Exercício de 2020.

O projeto de Lei Nº 1112, de 2019, enviado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, orça a Receita e fixa a Despesa da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo para o ano de 2019, num montante de R\$ 239.136.651.215,00 (duzentos e trinta e nove bilhões, cento e trinta e seis bilhões, seiscentos e cinquenta e um mil e duzentos e quinze reais)

O projeto de Lei chegou nesta casa em 30 de setembro e recebeu emendas até 29 de outubro. No dia 18 de novembro foi nomeado relator o deputado Alex da Madureira.

Em pauta pelo período regimental, o projeto recebeu 15866 emendas, que foi maior quantidade de emendas desde o projeto do orçamento para 2011. Frente a proposta orçamentária de 2018, Projeto de Nº 1112, de 2019, houve um crescimento de 13,61% ou foram apresentadas 1901 emendas a mais. O PT apresentou 5.986 ou quase 37,8% das emendas apresentadas.

O relator Alex da Madureira, só fez remanejamento e não ampliou recursos.

O Orçamento do Estado de São Paulo em 2020 será de R\$ 239 bilhões, segundo o Projeto de Lei Orçamentária enviada pelo governo paulista à Assembleia Legislativa.

Nesta proposta o crescimento será de apenas 3,45% e passamos inferior até ao crescimento da inflação (3,82%). Para termos uma ideia somente o orçamento subir abaixo da inflação a queda é de R\$ 855 milhões e se levar em conta o PIB de apenas 1% este valor é superior a R\$ 3 bilhões.

As receitas com o ICMS, principal item na arrecadação, ICMS, principal item na arrecadação, apresentarão crescimento de 5,4% em termos nominais ou 1,53% real. Em números absolutos, o ICMS passará de R\$ 146,3 bilhões para R\$ 154,2 bilhões. O IPVA apresentará um acréscimo nominal de 13,87% ou em valores reais subirá 9,68%, passando de R\$ 14,9 bilhões para R\$ 16,9 bilhões. Já o ITCMD crescerá 31% em valor nominal ou 26,5% e o imposto de renda dos servidores estaduais aumentará 6,79% nominal ou 2,86% corrigido pelo IPCA. Já as taxas sobem em valor real 15,5%, ou R\$ 1,08 bilhão. Com estes números, as Receitas de impostos, taxas e contribuições de melhoria, que respondem por quase 79,7% do total das receitas, terão crescimento real de 0,72% em 2020

As chamadas Transferências Correntes (da União para o Estado) caem nominalmente R\$ 546 milhões ou - 5,27%, já em valores corrigidos a queda é de -8,76 % ou R\$ 870 milhões. Destacamos a redução nominal do IPI de 5% ou quase -R\$ 62 milhões e em valores reais a queda é de R\$ 110 milhões, CIDE há uma queda de quase 22% e em valores reais este valor chega a R\$ 33 milhões e do salário educação de 4% ou de -R\$ 99,8 milhões e em valores corrigidos R\$ 191,4 milhões. Já o fundo de participação dos estados cresce 5,9% em valores nominais ou R\$ 54,9 milhões

OS repasses para o SUS- fundo a fundo cresceram nominalmente 0,61% e cai 3,1% em valor real ou R\$ 144,4 milhões.

As Receitas federais caem em R\$ 1,27 bilhão (-13%) e as operações de crédito internas (empréstimos), lastreadas por bancos públicos, caem R\$ 422 milhões (-16,8%) e as transferências de convênio da união -R\$ 644 milhões ou -86,6%.

Os governos do PSDB sempre reclamaram que o governo do PT não repassavam valores referente a desoneração da lei Kandir e apoio aos estados exportadores e estranhamente não se manifestaram sobre o corte de 500 milhões. E também, não há explicação pelo não repasse de mais de R\$ 300 milhões para compensação financeira para exploração de recursos naturais.

A previsão de 2020 na lei orçamentária de R\$ 12 bilhões é uma afronta a inteligência humana, visto que em 2018 este valor foi de R\$ 15,48 bilhões. Isto é um forte indicador que as previsões de renúncia de receita estão subestimadas. E que o próprio Tribunal de contas já fez duras observações neste sentido para que se aprimore o cálculo das desonerações no orçamento.

Desde de 2008 a 2018, a renúncia de receita foi de R\$ 131 bilhões e o realizado foi 16,5 bilhões acima da previsão da LDO e 40,5 bilhões acima da previsão da lei orçamentária. Desta forma, o número que mais se aproxima do executado é o da LDO. A diferença entre a LDO 2020 para o orçamento 2020 aponta uma queda da renúncia de receita de quase 30% e um aumento da receita 1,1 bilhão (+0,98%). Já com o IPVA a queda da renúncia de receita é 190 milhões ou -13,8% e desta forma a receita do IPVA aumenta 130 milhões ou 1,55%.

A desoneração do ICMS supera no orçamento ao patamar percentual de 2017 ficando e para 2020 com 11,1% e sofre uma redução de 5% para 2019. Fica evidente que esta redução pode ser mais uma questão metodológica do que uma queda real. Já no IPVA o percentual da renúncia pulou de 6,85% para 13,89% e em valores nominais subiu R\$ 642 milhões. Para 2020, a Educação irá deixar de receber R\$ 6 bilhões, a saúde R\$ 2,41 bilhões, e as universidades, que entram na conta da educação, perderam R\$ 1,66 bilhões.

Quanto custou esta política de desoneração fiscal para as áreas de Educação, e saúde e para as universidades, que estão dentro dos 30% para a educação. A educação em 11 anos perdeu R\$ 39,3 bilhões e as universidades R\$ 12,5 bilhões. Para termos uma ideia o orçamento da secretaria de Educação em 2019 é de R\$ 32,1 bilhões e os recursos do tesouro para as três universidades paulista é de R\$ 10,47 bilhões. Dessa forma, podemos afirmar que em dez anos de renúncia de receita realizada foi perdido um orçamento na secretaria de educação e com as universidades.

Na saúde as desonerações representam R\$ 15,7 bilhões a menos em 10 anos, e isto representa 88% dos recursos do Tesouro que constam do orçamento de R\$ 17,77 bilhões para o ano de 2019.

O governo Doria pretende mais R\$ 82 bilhões de desonerações fiscais, e com isto, vai retirar R\$ 24 bilhões da educação, R\$ 7,93 bilhões das universidades e R\$ 9,94 bilhões da saúde.

Do lado das despesas podemos verificar um aumento nominal das despesas com o custeio 4,5% de aumento em relação aos gastos com o funcionalismo público e 7,2% em relação às demais despesas de custeio. O governo do Estado prevê uma inflação de 4,1%, portanto em valores corrigidos o gasto com pessoal subirá apenas 0,4% (R\$ 512 milhões) e o custeio 3,1% (R\$ 2,97 bilhões). No total o governo deve gastar R\$ 7,6 bilhões a mais com o custeio da máquina pública.

Outro absurdo é que a margem do governador é de 41%, enquanto por recomendação do Tribunal de Contas deve ser igual a previsão de inflação, que no caso do Estado, é de 3,8%.

Utilizando a estimativa inflacionária do governo para 2020, o pagamento de salários do funcionalismo público civil cairá R\$ 2 bilhões (-4,5%) e para os servidores militares o aumento chega a R\$ 890 milhões ou 13,3%. Estes valores projetam que não há espaço para elevação salarial para servidores civis e haverá dificuldades para cumprir o dispositivo constitucional da revisão salarial, segundo a PLOA 2020.

O orçamento para o ano de 2020 mostra a falta de sensibilidade social, pois no momento de crise onde os menos favorecidos necessitam de amparo do Estado, o governo Geraldo Alckmin corta investimentos necessários para a população, onde na educação se prevê cortar em 59,57% os recursos para construção creches e no geral caiu R\$ 120,5 milhões (-19,6%).

Na saúde, a redução importante de R\$ 273 milhões (-28,9%) e para rede Lucy Montoro em 2,5%, além de reformas na secretaria que cairam quase 58% ou R\$ 110 milhões e para compra de equipamentos -R\$ 86 milhões ou 45%. Já na segurança pública o corte chegou a R\$ 294 milhões ou -49% a queda de recursos para adequação das instalações da polícia militar (-R\$ 290 milhões ou -92%). Na habitação, sem a CDHU, o corte chega a R\$ 429 milhões ou -67,9% e na CDHU chegou a R\$ 260 milhões.

Nos transportes Metropolitanos o corte é de R\$ 511 milhões, várias linhas da CPTM sofrerão cortes como a linha 7 (-85%) e o metro sofreu corte de 180 milhões e a EMTU de R\$ 148 milhões. Os cortes nos programas sociais, mesmo tendo aumento de impostos, são graves, como o Viva Leite (-R\$ 42,6 milhões) ou no Bom Prato (-R\$ 10 milhões).

Em relação ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza que é financiado pelo ICMS cobrado sobre produtos supérfluos, no caso do Estado de São Paulo esses 2% são cobrados sobre bebidas alcoólicas e fumo. O governo Geraldo Alckmin não projeta repasse de maneira correta, os recursos para o FECOEP previstos para 2020 os recursos cairam cresceram 12,7% ou R\$ 83,5 milhões, porém os repasses para algumas ações vai diminuir como o Viva Leite (-R\$ 42,6 milhões) ou no Bom Prato (-R\$ 10 milhões).

Deste modo, o aumento de taxação de 2% a mais sobre a cerveja e fumo, que em tese deveria aumentar recursos para estas ações não vem ocorrendo, mostrando total desinteresse em priorizar o combate à exclusão social e a miséria.

O nível de investimentos para o ano de 2020 também não serão favoráveis para avançar a economia paulista, pois tanto os investimentos como inversões financeiras apresentam a menor participação na despesa desde 2011.

O PLOA 2020 mostra que o corte chega a R\$ 3,9 bilhões ou -18% em valores corrigidos pela inflação projetada pelo governo para o ano que vem. Já queda dos investimentos diretos será de 22,27% ou R\$ 2,98 bilhões em termos em termos reais. Além da queda dos investimentos diretos do governo do Estado, também observamos a redução dos investimentos das principais Empresas Estatais para 2020, tais como o Metrô (-12%), a CDHU (-21%), a IMESP (-52%), e a Agencia de Fomento (-51,7%).

Já a SABESP (+3,45%) entre as principais empresas estatais, elevarão seus orçamentos para o próximo exercício. No geral, os investimentos das Empresas Estatais terão perdas reais de 11,4% ou -R\$ 940 milhões em 2020.

A queda de investimentos por secretarias corresponde R\$ 2,98 bilhões em relação ao anos anterior, as principais quedas reais ocorreram nas Secretarias de Transportes Metropolitanos (-37,8%), Educação (-19,6%), Segurança Pública (-41,3%), Habitação (-67,9%), Administração Penitenciária (-79,7%), Saúde (-28,9%) Secretaria de Agricultura (-2,7%) e Secretaria de Esporte e Lazer (-40,0%) perdem recursos com investimentos.

Em relação a juros e encargos esse terá uma redução de 0,94% ou R\$ 115 milhões e a amortização do principal da dívida terá uma redução de R\$ 3,2 bilhões ou 0,4%.

Ainda em relação às despesas, o governo do estado não vem respeitando os gastos constitucionais exigidos pela constituição do estado, que determina que o Estado terá que no mínimo gastar com educação 30% das receitas resultante dos impostos, incluindo recursos provenientes de transferências.

Ocorre que o executivo paulista computa nesses gastos a despesas previdenciárias, isso implica que na verdade os gastos com a educação correspondem 25,51% das receitas que implica em uma queda de R\$ 7,66 bilhões. Se retirado todo o gasto previdenciário, como o Ministério Público Federal fez ao questionar a Lei do SPPREV, o governo paulista deixaria de aplicar mais de R\$ 9,1 bilhões na educação ou apenas 23,43%.

Estes dados deixam claro que a Educação definitivamente nunca foi prioridade do Governo Paulista. Levantamento feito para o voto das contas do governador de 2018 aponta que, de 2007 a 2018, deixaram de ser aplicada no Gasto Constitucional com a Educação a quantia R\$ 81 bilhões. Se for somado o valor previsto para 2018 e 2019 este valor chega a R\$ 98,3 bilhões.

Considerando as despesas totais com as Universidades Públicas Paulistas e o Centro Paula Souza em 2020, em todas as suas fontes de recursos, podemos destacar que USP (4,2%), UNESP (7,4%), UNICAMP (1,9%) terão ganhos em seus orçamentos. Já o Centro Paula Souza terá uma elevação de 2,7% em seu orçamento em relação ao ano anterior.

A Faculdade de Medicina de Marília (11,3%) e Rio Preto terá um aumento em seu orçamento (4,3%) e Univesp -5,5%. A Fapesp apresenta crescimento de 3,4%. Destacamos aumento no gasto com pessoal na USP (8,4%), na Unesp de 11,1% e queda de investimentos na USP (-42,2%), Unesp (-84%) e Paula Souza (-64,8%).

Pela primeira vez, e por pressão do Tribunal de Contas, o governo apresenta um quadro com o cálculo do 9,57% e que subestima a receita do ICMS- quota parte do Estado em R\$ 1,25 bilhão. Pelo fato de ser proibido vinculação de recursos a habitação, manifestamos que é ilegal o desconto de mais de R\$ 600 milhões para as universidades e desta forma deixaria de ser aplicado algo próximo a R\$ 174,7 milhões.

O lamspe mais uma vez não terá recursos do Tesouro iguais a da contribuição dos servidores estaduais. Os servidores contribuíram com R\$ 1,063 bilhão e o governo do Estado, com apenas R\$ 386 milhões, o que representa uma diferença de R\$ 689 milhões. O governo do Estado se quer chega a metade dos recursos alocado pelos servidores. Mesmo alocando mais 50 milhões, esta realidade não se alterou de modo significativo.

O orçamento de 2020, no seu artigo décimo autoriza governo paulista a fazer empréstimos por antecipação de receita em até 5% do orçamento, ou seja, até o valor de R\$ 11,5 bilhões. Lembro que no governo Quéricia e Fleury estas operações levaram ao enfraquecimento da boa governança das finanças públicas estaduais e o aumento do endividamento público. O pior é que não há na peça orçamentária um quadro que de transparência a estes empréstimos.

Desta forma, o repositório tucano deve continuar com baixos investimentos, redução de secretarias e enxugamento de órgãos, baixos salários, falta de aplicação dos 30% na educação, de não aplicação dos 2% de recursos do tesouro no lamspe, de cortes generalizados nas ações orçamentárias para a área social e de privatizações.

A margem de remanejamento elevada aponta um orçamento fictício e as operações de antecipação de receita de R\$ 11, 5 bilhões ampliam este movimento e ainda realçam a baixa transparência da ação governamental.

Sala das Sessões, em  
Deputado Teonílio Barba  
Líder da Bancada do PT

## 18 DE DEZEMBRO DE 2019 79ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Coloca em discussão a redação final do PL 1112/19.

2 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA

Discute a redação final do PL 1112/19.

3 - ROGÉRIO NOGUEIRA

Para comunicação, informa que o deputado Paulo Correa Jr veio para somar à bancada do DEM. Destaca o orgulho de receber o vice-governador no sábado, em Santos. Considera o

mesmo uma pessoa importante, honesta e com uma carreira brilhante. Parabeniza o deputado Paulo Correa Jr.

4 - ESTEVAM GALVÃO

Para comunicação, menciona sua amizade com o deputado Paulo Correa Jr desde que chegou à esta Casa. Cumprimenta a Democratas. Deseja boas-vindas ao deputado Paulo Correa Jr.

5 - EDMIR CHEDID

Para comunicação, deseja boas-vindas ao deputado Paulo Correa Jr. Afirma que o mesmo chegou no momento correto. Parabeniza o deputado.

6 - RODRIGO MORAES

Para comunicação, cumprimenta o deputado Paulo Correa Jr. Demonstra sua alegria com sua vinda para o partido. Afirma que o Democratas ganhou mais um quadro importante nesta Casa. Agradece por fazer parte deste partido.

7 - PAULO CORREA JR

Para comunicação, agradece a bancada do Democratas e todos os deputados. Considera o partido como uma família que o recebeu com carinho. Diz ser este um novo ciclo da sua vida. Agradece o tempo em que permaneceu em seu partido anterior. Agradece a maneira pela qual foi recebido em sua nova bancada. Menciona o seu trabalho sério em prol do estado de São Paulo. Esclarece que confia no governo de João Doria e Rodrigo Garcia.

8 - ANALICE FERNANDES

Para comunicação, agradece a bancada do PT, PSOL e do PCdoB, que trabalharam para que a Secretaria da Habitação pudesse ter um orçamento para atender os movimentos sociais da habitação. Cumprimenta a coordenação do MST de Taboão da Serra. Informa que a nova unidade habitacional terá 304 unidades, com a destinação de 50 milhões de reais para a construção destas moradias sociais. Agradece a Prefeitura de Taboão da Serra e prefeito da cidade, parceiro deste movimento. Cita a construção de grandes obras no entorno deste conjunto habitacional. Diz ter contribuído com as emendas destinadas às ações sociais importantes.

9 - CARLA MORANDO

Para comunicação, demonstra sua gratidão a todos os deputados pela votação do Orçamento do Estado. Diz estar feliz pois foi garantido para o ABC a Linha 20 Rosa do Metrô, que atende os anseios da população desta região. Afirma que muita gente será beneficiada com esta linha. Lamenta que o ABC sofra com a falta de transporte rápido.

10 - CARLÃO PIGNATARI

Discute a redação final do PL 1112/19.

11 - ALEX DE MADUREIRA

Discute a redação final do PL 1112/19.

12 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a discussão e coloca em votação a redação final do PL 1112/19.

13 - PROFESSORA BEBEL LULA

Encaminha a votação da redação final do PL 1112/19, em nome da Minoria.

14 - APRIGIO

Para comunicação, questiona a deputada Analice Fernandes sobre a construção de casas populares pelo governo de seu marido em Taboão da Serra. Afirma que o mesmo nunca construiu uma casa em todo o tempo de seu mandato. Esclarece que o conjunto habitacional foi feito pelo PT. Ressalta que o prefeito de Taboão, marido da deputada Analice Fernandes, nem compareceu à inauguração. Lamenta que o metrô nunca tenha chegado à Taboão da Serra. Pede que sejam mostrados os projetos da obra do metrô para a região.

15 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Pede que os deputados não tragam brigas locais para esta Casa. Lembra que outros casos já ocorreram neste Parlamento. Solicita que seja mantida a boa harmonia do debate.

16 - ANALICE FERNANDES

Para comunicação, agradece a oportunidade de responder o pronunciamento do deputado Aprigio. Menciona a construção do Conjunto Habitacional do Laguna, que atende a população carente. Discorre sobre suas lutas nesta Casa, em todos os seus mandatos, para que a linha de metrô efetivamente ocorresse. Lembra paralisações e problemas gravíssimos durante as obras. Diz ter sido reconhecida nas urnas pela população de sua região. Esclarece que a Linha 4 do Metrô realmente chegará à Taboão da Serra. Cita sua visita, ontem, às obras do metrô.

17 - BETH LULA SAHÃO

Encaminha a votação da redação final do PL 1112/19, em nome do PT.

18 - CARLÃO PIGNATARI

Para comunicação, agradece o deputado Alex de Madureira pela relatoria do Orçamento. Elogia a atuação do deputado na condução desta relatoria. Diz ser o deputado sereno e correto. Faz agradecimento à condução do presidente Cauê Macris, que diz ter atuado com extrema presteza a todos os deputados. Parabeniza o presidente Cauê Macris, o deputado Alex de Madureira e todos os deputados deste Parlamento.

19 - TENENTE NASCIMENTO

Para comunicação, agradece a acolhida nesta Casa por todos os deputados, assim como pela condução do presidente Cauê Macris. Afirma que estará nesta Casa dando sempre o seu melhor. Parabeniza o líder do PSL, deputado Gil Diniz, que conduziu uma bancada de novatos de maneira impar. Considera o resultado final como altamente positivo. Agradece o presidente Cauê Macris e toda a assessoria da Casa.

20 - GIL DINIZ

Encaminha a votação da redação final do PL 1112/19